

13 ABR 1993

JORNAL DO BRASIL

Opções para a dívida não agradam o Brasil

Brasília — Jamil Bittar

BRASÍLIA— O governo brasileiro concluiu, ontem, a análise das opções de renegociação da dívida externa apresentadas pelos bancos, mas ainda não está satisfeito com as alternativas dos credores.

Na próxima segunda-feira, dia 19, o embaixador Pedro Mallan, negociador oficial da dívida pelo lado brasileiro, irá a Nova Iorque pedir ao comitê de bancos novas alterações na posição das instituições.

A principal solicitação do Brasil foi para que os bancos reduzissem a opção pelos bônus ao par e aumentassem a opção pelos bônus de desconto. Na primeira, o Brasil tem que oferecer títulos do Tesouro americano como garantia da dívida renegociada e doze meses de juros, sem ter direito a nenhum desconto na dívida. Já no bônus de desconto, o Brasil também paga as garantias de principal e juros, mas tem direito a 35% de desconto no valor da dívida.

Proposta — Na primeira proposta, encaminhada no dia 15 de março, os bancos optaram por trocar 64,14% da dívida por bônus ao par e 18,2% por bônus de desconto, distribuindo os outros 17,59% entre as outras cinco alternativas. No último dia 8 houve a resposta de 889 bancos, responsáveis por 98% dos US\$ 40 bilhões da dívida em negociação. Eles alteraram as opções para 59,82% em bônus ao par e 19,52% para bônus de desconto.

O embaixador Pedro Mallan afirma que o Brasil não irá fixar prazo para se chegar a um acordo, nem vai anunciar qual é a distribuição desejada pelo país. “É prematuro falar sobre isto



Mallan: novas negociações

agora. Em princípio, temos até a data de assinatura dos contratos para dizer se aceitamos ou não as opções dos credores”, justifica.

Data — Pelo acordo assinado com os credores no ano passado, a data final para esta assinatura do acordo seria 31 de julho deste ano, prorrogável para 30 de novembro.

Mallan ficará até o final da semana no Brasil, onde manterá contatos com o presidente do Banco Central, Paulo César Ximenes, com o ministro da Fazenda, Eliseu Resende, e com os senadores, para avaliar os passos que o país deve dar nesta negociação.

Qualquer acerto feito pelo governo com os credores terá que ser previamente negociado com os senadores, pois ele só entrará em vigor depois que receber o aval do plenário do Senado.